

## ÍNDICE

PARTE I .....	3
CLÁUSULAS JURÍDICAS .....	3
CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO .....	3
CLÁUSULA 2ª CONTRATO .....	3
CLÁUSULA 3ª PRAZO(S) DO(S) CONTRATO(S) .....	4
CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO(S) COCONTRATANTE(S) .....	4
CLÁUSULA 5ª DESEMPENHO AMBIENTAL .....	6
CLÁUSULA 6ª POLÍTICA ANTIFRAUDE .....	6
CLÁUSULA 7ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	7
CLÁUSULA 8ª LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	7
CLÁUSULA 9ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....	7
CLÁUSULA 10ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO .....	7
CLÁUSULA 11ª DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL .....	8
CLÁUSULA 12ª PREÇO CONTRATUAL .....	8
CLÁUSULA 13ª REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS .....	8
CLÁUSULA 14ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	9
CLÁUSULA 15ª RESPONSABILIDADES .....	9
CLÁUSULA 16ª FORÇA MAIOR .....	10
CLÁUSULA 17ª PENALIDADES CONTRATUAIS .....	10
CLÁUSULA 18ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO .....	11
CLÁUSULA 19ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE .....	11
CLÁUSULA 20ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL .....	12
CLÁUSULA 21ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES .....	12
CLÁUSULA 22ª FORO COMPETENTE .....	12
CLÁUSULA 23ª DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO .....	12
CLÁUSULA 24ª SEGUROS .....	12
CLÁUSULA 25ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....	13
PARTE II .....	14
CLÁUSULAS TÉCNICAS .....	14
CLÁUSULA 26ª CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 1 - COFFEE BREAK .....	14
CLÁUSULA 27ª CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 2 - REFEIÇÕES PREPARADAS (ALMOÇO/JANTAR) .....	14
CLÁUSULA 28ª CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 3 - COCKTAIL .....	15

**CADERNO DE ENCARGOS**

AJUSTE DIRETO Nº SCGC\_FEP\_CPR/24A014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CATERING PARA A FEP  
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

---

CLÁUSULA 29ª CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 4 - PORTO DE HONRA .....	16
CLÁUSULA 30ª EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS .....	16

---

**PARTE I**

**CLÁUSULAS JURÍDICAS**

**CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de **serviços de catering para a Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP)**.

**CLÁUSULA 2ª CONTRATO**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c. O presente caderno de encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. O contrato integra ainda o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação da U. Porto:  
[https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos\\_geral.ver?pct\\_pag\\_id=1015464&pct\\_parametros=pv\\_unidade=764&pct\\_grupo=35873#35873](https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873)
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

**CLÁUSULA 3ª PRAZO(S) DO(S) CONTRATO(S)**

1. O(s) contrato(s) inicia(m) na data da sua assinatura e mantêm-se em vigor até 31 de dezembro de 2025, não estando prevista a possibilidade de renovação.
2. O(s) contrato(s) extingue(m)-se atingido o seu termo ou o preço contratual.
3. Caso seja atingido o termo e não seja atingido o preço contratual, o prazo de execução pode ser prorrogado por iniciativa do contraente público, procedendo-se à respetiva modificação objetiva.
4. O prazo previsto no n.º 1 pode ser prorrogado por um período de 1 (um) mês, caso venham a ser requisitados serviços ainda na vigência do contrato mas cuja execução, atendendo aos prazos definidos no contrato, se verifique que ultrapassará o prazo de vigência inicialmente definido, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo, em cumprimento do disposto no capítulo V do Título I da Parte III do Código dos Contratos Públicos.
5. A prorrogação prevista nos números anteriores não pode determinar que o contrato tenha um prazo de execução superior a 3 anos.
6. Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o preço contratual, o cocontratante não terá direito a qualquer indemnização.

**CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO(S) COCONTRATANTE(S)**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o(s) cocontratante(s) as seguintes obrigações principais:
  - a. Obrigação de prestar os serviços em conformidade com as especificações técnicas identificadas no presente caderno de encargos e, que dele faz parte integrante e demais documentos contratuais, cumprindo integralmente o objeto do contrato;
  - b. Fornecer as refeições conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da sua atividade, as características técnicas mínimas, níveis de serviço e demais requisitos constantes do Caderno de Encargos;
  - c. Ter ao seu serviço pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação técnica;
  - d. Cumprir com os critérios ecológicos previstos nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos;
  - e. Garantir o fornecimento dos serviços atendendo aos dias e horários definidos pelo contraente público;
  - f. Assegurar a recolha, transporte e despejo de lixo e resíduos gerados pelos serviços;
  - g. Deter instalações próprias para a confeção dos bens alimentícios e refeições;
  - h. Suportar os encargos associados à manutenção do equipamento propriedade do contraente público que seja disponibilizado para utilização do cocontratante para os serviços objeto do contrato;
  - i. Garantir a qualidade e frescura dos alimentos utilizados, uma boa apresentação dos alimentos e uma correta confeção dos alimentos cozinhados;

- j. Assegurar a substituição imediata por produtos idênticos ou sucedâneos, sem encargos adicionais para a entidade adjudicante, sempre que os géneros incorporados sejam rejeitados, por incumprimento de quaisquer requisitos do presente caderno de encargos;
- k. Assegurar o cumprimento de todas as regras de segurança e higiene alimentar na confeção, armazenagem e transporte dos bens alimentares;
- l. Dar cumprimento, a todo o momento, às obrigações legais relativas aos serviços prestados, assegurando a execução dos mesmos de acordo com as melhores regras técnicas e de arte conhecidas e praticadas;
- m. Possuir um seguro de responsabilidade civil de exploração, abrangendo todos os danos que se verifiquem no âmbito da prestação pelo cocontratante dos serviços a contratar, incluindo obrigatoriamente danos por intoxicação alimentar, comprovando a sua vigência sempre que exigido pelo contraente público;
- n. Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relevantes para a execução dos contratos, incluindo, entre outras e a título meramente exemplificativo, a informação prévia necessária, as circunstâncias de modo, tempo e lugar e os meios de modo a salvaguardar que a organização do evento será prestada nos termos contratados, sem hiatos, falhas ou interrupções que pudessem ter sido previstas;
- o. Assumir todos os riscos inerentes à prestação dos serviços, bem como aqueles que, em concreto, apenas sejam ou possam ser do conhecimento do cocontratante ou por este gerido em primeira linha;
- p. Cumprir as políticas, práticas e procedimentos de segurança de informação do contraente público;
- q. Cumprir o disposto no Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Trabalho da Universidade do Porto, cumprindo os princípios e o compromisso de não tolerância ao assédio assumido pela U. Porto, disponível no link:  
  
[https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos\\_geral.ver?pct\\_pag\\_id=1015464&pct\\_parametros=pv\\_unidade=764&pct\\_grupo=35873#35873](https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873)
- r. Assegurar o cumprimento das especificações técnicas gerais quanto à emissão da fatura eletrónica, conforme disposto na cláusula referente às condições de pagamento, cumprindo a obrigação de identificar o n.º da nota de encomenda e o n.º de compromisso;
- s. Garantir, a todo o momento, a correta, completa e adequada articulação e compatibilização entre os serviços prestados e a finalidade a que os mesmos se dirigem com outros serviços ou outras finalidades que com eles estejam ou possam estar em relação, de modo a não afetar negativamente quaisquer outros serviços, produtos ou soluções do contraente público, assumindo, em cada momento, o respetivo risco de interface;
- t. Garantir a proteção e segurança da informação sobre as pessoas singulares, em concreto que o tratamento no âmbito da prestação dos serviços, objeto do contrato, ocorrerá em estrita observância de todas as disposições pertinentes de direito nacional e europeu que protegem os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, em particular o seu direito à proteção da vida privada no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais;

- u. Garantir a implementação de medidas técnicas de segurança adequadas à confidencialidade e à integridade da informação tratada.
2. Constituem, ainda, obrigações do cocontratante:
- a. Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à organização do evento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
  - b. Comunicar antecipadamente ao contraente público, logo que tenha conhecimento, de qualquer facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com o contraente público;
  - c. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;
  - d. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
  - e. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
  - f. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
  - g. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

#### **CLÁUSULA 5ª DESEMPENHO AMBIENTAL**

- 1. O (s) cocontratante(s) deve(m) garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactos ambientais.
- 2. O(s) cocontratante(s) deve(m) igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

#### **CLÁUSULA 6ª POLÍTICA ANTIFRAUDE**

Nos termos exarados na Política Antifraude, o contraente público exige que os intervenientes internos, bem como o cocontratante e os seus colaboradores, atuem com honestidade e integridade, garantindo que as suas atividades,

---

interesses e comportamentos não conflituam com essas obrigações e, independentemente da sua posição, reportem todas as suspeitas de fraude.

#### **CLÁUSULA 7ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO**

1. Os trabalhadores afetos ao(s) contrato(s) podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de execução do contrato de aquisição de serviços.
2. O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

#### **CLÁUSULA 8ª LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Os serviços serão realizados nas instalações da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), bem como em outros locais externos previamente designados e comunicados pelo contraente público.

#### **CLÁUSULA 9ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

O cocontratante obriga-se a dar cumprimento à legislação sobre Proteção de Dados, designadamente ao estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados e Lei de Execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovada pela Lei nº 58/2019, de 08 de agosto, aceitando regular esta questão em acordo de tratamento de dados, caso seja considerado necessário, acordo esse que ficará a constar em anexo ao contrato e que dele fará parte integrante.

#### **CLÁUSULA 10ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO**

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

---

**CLÁUSULA 11ª DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL**

1. O cocontratante deve ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à utilização de software e demais soluções ou produtos por si utilizados na execução do contrato.
2. O cocontratante obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral execução dos serviços contratados.
3. Sempre que legalmente admissível e na máxima extensão admitida na lei, o resultado da prestação dos serviços é propriedade do contraente público, ainda que se verifique a cessação do contrato celebrado.
4. O cocontratante obriga-se a colaborar e a prestar assistência ao contraente público relativamente aos procedimentos e às formalidades necessárias para a realização do registo de propriedade.

**CLÁUSULA 12ª PREÇO CONTRATUAL**

1. Pela prestação dos serviços, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público obriga-se a pagar ao(s) cocontratante(s) o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a **74.500,00 € (setenta e quatro mil e quinhentos euros)**, encontrando-se repartido em 4 lotes no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).
3. A cada lote corresponde um preço base máximo, que a entidade adjudicante aceita pagar pela prestação dos serviços de catering, e limitam o preço contratual:
  - **Lote 1** – Coffee break: **13.000,00 € (treze mil euros)** acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
  - **Lote 2** – Refeições preparadas (almoço/jantar): **52.500,00 € (cinquenta e dois mil e quinhentos euros)** acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
  - **Lote 3** – Cocktail: **4.000,00 € (quatro mil euros)** acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
  - **Lote 4** – Porto de honra: **5.000,00 € (cinco mil euros)** acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
4. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, o contraente público pagará ao cocontratante o valor resultante da aplicação dos preços unitários apresentados nas propostas aos serviços efetivamente prestados, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, até perfazer o montante do lote, **sendo este montante contratual não submetido à concorrência**.
5. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas, nomeadamente com deslocações, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

**CLÁUSULA 13ª REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS**

Os preços constantes da proposta adjudicada não são revistos durante a vigência do contrato.



---

**CLÁUSULA 14ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. A obrigação de pagamento será exigida após a conclusão de cada serviço ou evento, conforme as necessidades do contraente público.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome da FEP – Faculdade de Economia da Universidade do Porto, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo fazer menção aos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos:
  - a. **N.º da encomenda e n.º Compromisso ou Contrato;**
  - b. A descrição dos serviços prestados e o número de pessoas servidas;
  - c. Unidade orgânica requisitante: FEP – Faculdade de Economia da Universidade do Porto;
  - d. Endereço: Rua Dr. Roberto Frias, 4200-464 Porto.
4. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, 2 e 3, as faturas são pagas através de transferência bancária.
6. A emissão de faturas eletrónicas por parte do cocontratante deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, assim como as disposições vertidas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

**CLÁUSULA 15ª RESPONSABILIDADES**

1. O cocontratante responde perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo cocontratante, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em

---

consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

#### **CLÁUSULA 16ª FORÇA MAIOR**

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham.
  - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados.
  - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam.
  - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais.
  - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.
  - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem.
  - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **CLÁUSULA 17ª PENALIDADES CONTRATUAIS**

1. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária de montante a fixar em função da gravidade, nos seguintes termos:

- a. Por cada atraso no fornecimento dos bens alimentares por um período superior a 30 (trinta) minutos o contraente público pode aplicar uma sanção de natureza pecuniária no valor de 300,00 (trezentos euros);
  - b. Por cada irregularidade na apresentação e qualidade dos bens fornecidos o contraente público pode aplicar uma sanção de natureza pecuniária no valor de 200,00 € (duzentos euros). Considera-se existir irregularidade de apresentação e qualidade dos bens fornecidos quando estes não cumpram com os menus previstos no presente caderno de encargos;
  - c. Por cada dia de atraso na resposta às solicitações do contraente público previstas na alínea b) do n.º 1 da cláusula 27.ª, o contraente público pode aplicar uma sanção pecuniária no valor 50,00 € (cinquenta euros).
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
  3. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
  4. O valor acumulado das penas pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
  5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
  6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **CLÁUSULA 18ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório nos seguintes casos:

- a) Violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao cocontratante;
- b) Violação dos princípios e compromissos de não tolerância ao assédio assumidos pela U. Porto.
- c) Atraso ou incumprimento grave e reiterado da boa execução dos serviços e/ou dos prazos do fornecimento objeto do contrato a celebrar.
- d) Quando o contraentes público, em virtude do incumprimento, tenha perdido o interesse na prestação.

#### **CLÁUSULA 19ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE**

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

**CLÁUSULA 20ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

**CLÁUSULA 21ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, nos termos do Código dos Contratos Públicos, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual do contraente público ou do cocontratante, identificado no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**CLÁUSULA 22ª FORO COMPETENTE**

Para resolução de todos os litígios decorrentes quer da interpretação, quer da execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

**CLÁUSULA 23ª DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO**

1. Nos termos do artigo 290.º-A, é designado o seguinte gestor do contrato em nome do contraente público: Ana Duarte, bem como o seu substituto no caso de ausências e impedimentos:
  - Contactos do gestor do contrato: Email: [anaduarte@fep.up.pt](mailto:anaduarte@fep.up.pt) | Telefone: 220426158
  - Substituto: Sofia Veiga | e-mail: [sveiga@fep.up.pt](mailto:sveiga@fep.up.pt) | Telefone: 220426155
2. A qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio, o gestor do contrato pode solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte do cocontratante e, quando justificado, propor a aplicação de sanções em caso de incumprimento.
3. O cocontratante obriga-se a colaborar com o gestor do contrato na prestação de informações solicitadas por este ou na realização de auditorias, disponibilizando os meios que sejam necessários para o efeito.

**CLÁUSULA 24ª SEGUROS**

O cocontratante obriga-se a contratar apólices dos seguros legalmente exigíveis, bem como a mantê-los válidos até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor. Quaisquer deduções efetuadas pela seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do cocontratante.

**CADERNO DE ENCARGOS**

AJUSTE DIRETO Nº SCGC\_FEP\_CPR/24A014 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CATERING PARA A FEP  
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

---

**CLÁUSULA 25ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

## PARTE II

## CLÁUSULAS TÉCNICAS

## CLÁUSULA 26ª CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 1 - COFFEE BREAK

Os serviços de catering relativos ao lote 1 devem reunir as seguintes especificações técnicas mínimas:

1. O **Coffee break** deve contemplar:

- Miniaturas doces
- Miniaturas salgadas
- Bolachas
- Miniaturas vegetarianas
- Sumo de copo
- Água
- Café/chás

2. Cada “Coffee Break” terá uma duração aproximada de 1 (uma) hora.

3. O contraente público solicitará os serviços de “Coffee Break” em função das suas necessidades e informará o número mínimo de pessoas a servir, não se obrigando a estabelecer um mínimo de pessoas a servir.

4. Quantidade de eventos estimados: 24 eventos

## CLÁUSULA 27ª CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 2 - REFEIÇÕES PREPARADAS (ALMOÇO/JANTAR)

Os serviços de catering relativos ao lote 2 devem reunir as seguintes especificações técnicas mínimas:

1. As **Refeições preparadas (almoço/jantar)** devem contemplar:

**Almoço Menu**

- Entradas
- Saladas
- Prato principal (carne/peixe e vegetariano)
- Bebidas (água, sumos, vinho, café/descafeinado)
- Sobremesa (Semi Frios Variados e Fruta Laminada)

**Jantar em mesa (Buffet)**

- Entradas
  - Saladas
  - Prato principal (carne/peixe e vegetariano)
  - Bebidas (água, sumos, vinho, café/descafeinado)
  - Sobremesa (Semi Frios Variados e Fruta Laminada)
2. O contraente público solicitará os serviços de “refeições preparadas (almoço/jantar)” em função das suas necessidades e informará o número mínimo de pessoas a servir, não se obrigando a estabelecer um mínimo de pessoas a servir.
  3. Quantidade de eventos estimados: 16 eventos

**CLÁUSULA 28ª CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 3 - COCKTAIL**

Os serviços de catering relativos ao lote 3 devem reunir as seguintes especificações técnicas mínimas:

1. O **Cocktail** deve contemplar:

**Comidas**

- Canapés Variados
- Bruschetas Variadas
- Salgadinhos
- Enchidos Laminados
- Bifanas
- Mini Espetadinhos de Presunto
- Mini Espetadinhos de Fruta
- Miniaturas de Pastelaria

**Bebidas**

- Sangria Branca
- Água Aromatizada
- Sumo Laranja
- Vinho Porto Branco
- Porto Tónico

2. Cada “Cocktail” terá uma duração aproximada de 2 (duas) horas.
3. O contraente público solicitará os serviços de “Cocktail” em função das suas necessidades e informará o número mínimo de pessoas a servir, não se obrigando a estabelecer um mínimo de pessoas a servir.
4. Quantidade de eventos estimados: 5 eventos

#### CLÁUSULA 29ª CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – LOTE 4 - PORTO DE HONRA

Os serviços de catering relativos ao lote 4 devem reunir as seguintes especificações técnicas mínimas:

1. O **Porto de honra** deve contemplar:
  - Miniaturas doces
  - Miniaturas salgadas
  - Aperitivos salgados secos
  - Vinho do Porto
  - Sumos
  - Água
2. Cada **Porto de honra** terá uma duração aproximada de 1 (uma) hora.
3. O contraente público solicitará os serviços de “Porto d’Honra” em função das suas necessidades e informará o número mínimo de pessoas a servir, não se obrigando a estabelecer um mínimo de pessoas a servir.
4. Quantidade de eventos estimados: 5 eventos

#### CLÁUSULA 30ª EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para além disposto no caderno de encargos a presente prestação de serviços rege-se pelas seguintes regras:

1. **Confirmação de menu e número final de pessoas**
  - a) A solicitação dos serviços, que deve incluir o tipo de serviço de catering pretendido, local, data e hora do evento, e o número final de pessoas, deverá ser realizada entre 3 a 5 dias antes do evento, conforme o tipo de serviço, por email dirigido ao cocontratante.
  - b) O cocontratante deve garantir o envio de pelo menos 2 (duas) opções de menus ao contraente público no prazo máximo de 3 (dois) dias úteis ao início do evento, para a sua aprovação/escolha ou elaborar os menus em conformidade do que é definido pelo contraente público.



**2. Fornecimento e confeção dos diferentes tipos de refeições:**

- a) Promoção de menus variados e com a incorporação de produtos da época/sazonais e sempre que possível assegurar o respeito pelas tradições gastronómicas locais;
- b) Garantia de que não são utilizados restos ou sobras de quaisquer refeições na confeção de outras refeições;
- c) Garantia do cumprimento das normas em vigor no que se refere à atividade de refeições confeccionadas, bem como detenção de todas as licenças e certificações necessárias ao exercício da atividade.

**3. Transporte das refeições:**

- a) O transporte das refeições é efetuado em recipientes de fácil higienização e que assegurem a manutenção das temperaturas adequadas ao fornecimento proposto e ao tempo necessário para entrega do serviço.
- b) As refeições deverão ser servidas em boas condições de temperatura, bem confeccionadas, conservadas e apresentadas;
- c) Garantia do cumprimento de todas as normas em vigor no que se refere ao transporte de refeições confeccionadas.

**4. Local e equipamentos:**

- a) O contraente público deve garantir a facilidade de acesso, nomeadamente o acesso do veículo do cocontratante até ao local de descarga;
- b) O contraente público disponibiliza um ponto de luz elétrica com a potência necessária ao pleno funcionamento dos aparelhos indispensáveis à realização do evento.
- c) O equipamento para implementação dos sistemas de refeições transportadas (malas isotérmicas ou outros) é da responsabilidade do cocontratante.
- d) O cocontratante fica responsável pela correta utilização de todo o material, equipamento e instalações afetos à execução do contrato, sendo da sua responsabilidade os danos verificados por dolo ou negligência do seu pessoal, incluindo os danos a terceiros. O ónus da prova cabe ao cocontratante

**5. Recursos humanos**

- a) O cocontratante disponibiliza os recursos humanos necessários que assegurem todas as tarefas necessárias para o bom funcionamento do serviço;
- b) Durante a prestação e no decorrer do serviço, todo o pessoal está devidamente identificado/fardado;

- c) A equipa para a prestação deverá estar no local do evento com a antecedência mínima de 2 (duas) horas de modo a assegurar a montagem prévia e atempada;
- d) O cocontratante assegura o abastecimento/reposição dos produtos, das refeições e das bebidas, sempre que necessário;
- e) O cocontratante deve garantir de que existe continuamente a recolha da loiça usada, assegurando a limpeza constante e permanente do espaço;
- f) O cocontratante deve assegurar a desmontagem no final do serviço;
- g) O cocontratante garante a recolha, transporte e despejo do lixo e resíduos das atividades associadas ao fornecimento de refeições e respetivo reencaminhamento para posterior tratamento ou reciclagem.

#### **6. Materiais e redução do impacto ambiental**

- a) O cocontratante deve disponibilizar todo o material necessário à correta prestação do serviço, incluindo o mobiliário de apoio (mesas e cadeiras), louças, talheres, atoalhados, copos, guardanapos, chapéus-de-sol, utensílios de cozinha e serviço, tachos, panelas, conchas, entre outros.
- b) Todos os talhares, copos, toalhas de mesa a disponibilizar devem ser reutilizáveis ou de materiais de maior reciclabilidade, como sejam guardanapos e toalhas de papel, etc.
- c) A água mineral a disponibilizar nos serviços, tem que ser fornecida em jarros ou em garrafas de água de vidro.
- d) Só é permitida a utilização de sacos de plástico para o lixo indiferenciado.
- e) O cocontratante deve assegurar a recolha seletiva, transporte e despejo dos desperdícios e resíduos da atividade para posterior tratamento e reciclagem;

#### **7. Alteração ou cancelamento do evento:**

- a) O contratante público reserva o direito de cancelar o evento, total ou parcialmente, mediante notificação por escrito ao fornecedor com um mínimo de 10 dias de antecedência à data originalmente agendada para o evento;
- b) No caso de cancelamento pelo contratante público dentro do prazo supra estipulado, este não será responsável por quaisquer custos adicionais incorridos pelo fornecedor na preparação para o evento, além dos pagamentos estipulados no contrato.
- c) Na eventualidade do cocontratante por impossibilidades logísticas, incapacidade operacional, questões relacionadas com saúde pública ou segurança alimentar e não conseguindo corrigir a situação dentro de um prazo razoável, tem o contraente público o direito, a seu exclusivo critério, de contratar serviços de catering

**CADERNO DE ENCARGOS**

AJUSTE DIRETO Nº SCGC\_FEP\_CPR/24A013 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CATERING PARA A FEP  
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

---

de outro fornecedor para substituir os serviços especificados neste contrato, sem incorrer em penalidades ou responsabilidades adicionais.